

INESC ID RELATÓRIO E CONTAS

2018

Aprovado em Conselho Geral de 20 de maio de 2019

ÍNDICE

Órgãos Sociais.....	2
Constituição e Objetivos	3
Caracterização da Instituição	3
Análise Económica e Financeira	6
Perspetivas de Evolução a Médio Prazo.....	8
Proposta de Aplicação de Resultados.....	9
Considerações Finais	9
Demonstrações Financeiras	10
Balanço	11
Demonstração de Resultados Por Naturezas.....	12
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	13
Demonstração dos Fluxos de Caixa	14
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	15

Handwritten marks:
A star-like symbol at the top right.
Below it, the letters 'JF' written vertically.
Below 'JF', the letters 'ML' written vertically.
Below 'ML', the letters 'JF' written vertically.
Below 'JF', the letters 'UM' written vertically.

Órgãos Sociais

CONSELHO GERAL

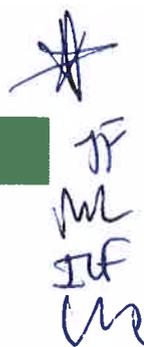
<i>Presidente da Mesa</i>	Prof. Doutor Arlindo Manuel Limede de Oliveira (Em representação do associado IST)
<i>Primeiro Secretário</i>	Professora Doutora Isabel Maria Martins Trancoso (Presidente do Conselho Científico)
<i>Segundo Secretário</i>	Prof. Doutor José Manuel Nunes Salvador Tribolet (Em representação do associado INESC)

DIREÇÃO

<i>Presidente</i>	Prof. Doutor Leonel Augusto Pires Seabra de Sousa
<i>Vogais Executivos</i>	Prof. Doutor Jorge Manuel dos Santos Ribeiro Fernandes Prof ^a . Doutora Maria Inês Camarate de Campos Lynce de Faria
<i>Vogais Não Executivos</i>	Prof. Doutor Rodrigo Seromenho Miragaia Rodrigues Prof. Doutor João Paulo Baptista de Carvalho

CONSELHO FISCAL

<i>Presidente</i>	Prof. Doutor João Manuel Ricardo Catarino
<i>Vogal</i>	Prof. Doutor Carlos António Abreu Fonseca Varandas
<i>Revisor Oficial de Contas</i>	Grant Thornton – SROC, Lda, representada pelo Prof. Doutor Victor Domingos Seabra Franco



Constituição e Objetivos

O INESC-ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores: Investigação e Desenvolvimento em Lisboa é uma instituição sem fins lucrativos dedicada à investigação nos domínios das tecnologias de informação, eletrónica e telecomunicações. Os investigadores do INESC-ID são, na sua larga maioria, docentes universitários e bolsiros que aí realizam os seus trabalhos de doutoramento ou mestrado.

O INESC-ID iniciou a sua atividade no ano de 2000, como resultado de uma reestruturação do INESC, Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores. Foram congregados no INESC-ID os grupos de investigação do INESC localizados em Lisboa. O primeiro pólo e sede do INESC-ID encontra-se localizado no edifício do INESC, em Lisboa, na Rua Alves Redol. No ano de 2002, foi criado o pólo do TagusPark do INESC-ID, que funciona no campus do IST. Em 2013, a instituição alargou as suas competências à área de energia, criando-se, assim, o terceiro pólo que se encontra localizado no Instituto Superior Técnico, na Alameda.

Formalmente, o INESC-ID é uma associação privada sem fins lucrativos, de utilidade pública, sendo seus associados o Instituto Superior Técnico (associado maioritário) e o INESC. A natureza da atividade científica desenvolvida pelo INESC-ID é também legalmente reconhecida para efeitos de Mecenato Científico.

Constituem objetivos principais do INESC-ID: a realização de investigação científica de ponta nos domínios da informática, tecnologias de informação, eletrónica, telecomunicações e energia, bem como a transferência de tecnologia para o tecido produtivo, realizada através de contratos de I&D com empresas, geração de spin-offs e ações de formação avançada.

Em Dezembro de 2004, foi atribuído ao INESC-ID o estatuto de Laboratório Associado, com a aprovação de um plano de trabalhos para o quinquénio 2005-2009, que se estendeu a 2010, tendo posteriormente sido contratualizado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior um novo plano de trabalhos para o Laboratório Associado INESC-ID, ainda em execução.

Caracterização da Instituição

A atividade do INESC-ID, no exercício em análise, encontrou-se estruturada em cinco grandes linhas de ação:

- Sistemas Inteligentes Interativos;
- Sistemas Computacionais e Redes de Comunicação;
- Sistemas de Informação e Suporte à Decisão;
- Sistemas Eletrónicos Embebidos; e,
- Sistemas de Energia;

as quais são compostas por cerca de dezassete grupos de investigação, que funcionam nos campi da Rua Alves Redol, do IST TagusPark e do IST Alameda.

Handwritten notes in blue ink: a star-like symbol, 'JF', 'ML', 'JCF', and 'ML'.

A atividade do INESC-ID, no exercício em análise, encontrou-se estruturada em cinco grandes linhas de ação:

- Sistemas Inteligentes Interativos;
- Sistemas Computacionais e Redes de Comunicação;
- Sistemas de Informação e Suporte à Decisão;
- Sistemas Eletrónicos Embebidos; e,
- Sistemas de Energia;

as quais são compostas por cerca de dezassete grupos de investigação, que funcionam nos campi da Rua Alves Redol, do IST TagusPark e do IST Alameda.

O INESC-ID posiciona-se como uma instituição com elevado impacto social, disponibilizando um número significativo de serviços e produtos para a comunidade. É promovido o incremento constante do diálogo entre a indústria, a investigação e a academia, através da formalização das diferentes formas de cooperação que o INESC-ID tem estabelecido com diversas entidades, principalmente no que concerne a recursos humanos, infraestruturas e partilha de know-how. Além das parcerias formais, há um grande número de acordos de cooperação com outras instituições e empresas, no âmbito dos projetos de investigação, bem como contratos de prestação de serviços.

Em Dezembro de 2018, pertenciam ao Conselho Científico do INESC-ID (CCIL) os seguintes investigadores:

- 90 Investigadores com doutoramento e 30 com agregação.

Para além dos membros do CCIL, colaboram ainda com a instituição:

- 3 investigadores com agregação;
- 63 Investigadores com doutoramento, e
- 152 Investigadores com mestrado ou licenciatura.

O corpo de investigadores é constituído principalmente por docentes do IST, pertencentes aos Departamentos de Engenharia Informática (DEI), Departamento de Engenharia Eletrotécnica e de Computadores (DEEC), Departamento de Matemática (DM) e Departamento de Biomédica (DBIO) distribuídos da seguinte forma:

- DEI: 65 docentes;
- DEEC: 40 docentes;
- DM: 1 docente;
- DBIO: 1 docente.

O INESC-ID tem, atualmente, em vigor Third Party Agreements para efeitos de cedência de investigadores que realizam o seu trabalho no âmbito das atividades e nas instalações do INESC-ID, celebrados, designadamente, com o Instituto Superior Técnico, a ESTIG, o ISCTE, a Universidade da Madeira, o Instituto Politécnico de Setúbal, a Universidade da Beira Interior, o ISEL, a Universidade de Évora e a Universidade do Algarve.

Os bolsеiros integrados na equipa são, maioritariamente, financiados pela FCT (diretamente ou através de bolsas integradas em projetos de investigação) e no âmbito de projetos europeus.

~~JP~~
JP
IM
JF
Um

O financiamento do INESC-ID proveio, em 2018, das seguintes fontes:

- Contratos de I&D com empresas e instituições nacionais e estrangeiras, no valor de 385 mil Euros;
- Subsídios de instituições nacionais, no montante de 1.411 mil Euros;
- Projetos de investigação internacionais efetuados em parceria com outras instituições de I&D e empresas nacionais e estrangeiras, de entre os quais sobressaem os projetos financiados pela Comunidade Europeia, no valor de 903 mil Euros;
- Subsídios ao investimento no montante de 178 mil Euros;
- Proveitos de conferências no montante de 93 mil Euros.


 JF
 M
 JF
 Uu

Análise Económica e Financeira

Enquadramento Macroeconómico

Em 2018 a economia portuguesa manteve uma trajetória ascendente, tendo o PIB, segundo as projeções do Banco de Portugal, crescido cerca de 2,2%. A procura interna manteve-se razoavelmente forte em resultado do crescimento do consumo privado (2,3%) e do investimento em cerca de 4,4%.

O desemprego manteve uma trajetória descendente (abaixo da média europeia que é de 8,2%). Quer o turismo, quer a construção civil mantiveram uma forte dinâmica, o que contribuiu para o equilíbrio económico, num contexto de condições favoráveis no processo de convergência.

As taxas de juro, a dez anos, mantiveram-se em mínimos absolutos rondando os cerca de 1,2%.

O quadro macroeconómico global é assim bastante positivo e, ainda que com algum abrandamento assim deveria continuar.

Desempenho Operacional

Do ponto de vista económico, o exercício de 2018 desenvolveu-se de uma forma equilibrada, apesar de algumas indefinições quanto ao financiamento relativo aos programas nacionais. Todavia, em tempo oportuno, os gastos foram ajustados aos rendimentos, pelo que não existiram verdadeiros constrangimentos. Em termos gerais, neste exercício, apesar de positivo, o INESC-ID perdeu velocidade.

Em termos económico-financeiros, o desempenho do INESC-ID foi, para além do resultado líquido positivo de 11 mil Euros, bastante bom, à luz de diversos indicadores que se apresentam:

Informação Financeira	(Milhares de Euros)				
	2018	2017	2016	2015	2014
Rendimentos operacionais	2 700	3 028	3 102	3 476	3 780
("EBITDA") (1)	167	218	217	294	284
("EBIT")	13	53	52	68	38
Resultado líquido	12	57	60	78	39
Ativo líquido	6 245	4 409	4 302	5 209	5 236
Capital próprio	1 276	1 124	1 095	1 056	1 036
("CapEx")	85	79	78	166	203

(1) Inclui reconciliação do subsídio ao investimento

Em termos de rendimentos por atividades, os projetos nacionais passaram de 1.312 mil Euros em 2017 para 1.411 mil Euros em 2018, enquanto a nível de projetos europeus se registou um decréscimo de 1.215 mil Euros em 2017 para 903 mil Euros em 2018. A diminuição dos projetos Europeus tem a ver com o fim de execução de alguns projetos e atrasos nas novas contratações.

Em 2018, a prestação de serviços desceu para 385 mil Euros (tendo sido de 511 mil Euros, em 2017).


 JF
 VM
 JF
 VM

Rendimentos				
	2018	2017	Var.18/17	%
<i>Rendimentos operacionais</i>				
Vendas e Prestação de Serviços	385	512	-127	-25
Subsídios à Exploração	2315	2516	-201	-8
Outros Rendimentos Operacionais	-	-	-	
<i>Rendimentos financeiros</i>	4	6	-2	-33
<i>Rendimentos Correntes</i>	308	226	82	36
<i>Rendimentos totais</i>	3 012	3 260	-248	

Os gastos diminuíram cerca de 6%, tendo os encargos com pessoal diminuído em cerca de 8%.

Gastos				
	2018	2017	Var.18/17	%
<i>Gastos operacionais</i>				
Fornec. e Serviços Externos	1 425	1 550	-125	-8
Gastos com Pessoal	1 323	1 444	-121	-8
Amortizações e Provisões	154	165	-11	-7
<i>Gastos financeiros</i>	6	1	5	500
<i>Gastos correntes</i>	92	43	49	114
<i>Gastos totais</i>	3 000	3 203	-203	

A estrutura financeira do Balanço manteve-se equilibrada, não constituindo a função financeira qualquer restrição para o desenvolvimento estratégico futuro da instituição. Em 31 de dezembro de 2018, as disponibilidades financeiras atingiram os 3.721 mil Euros.

Manteve-se o nível de provisionamento do Balanço em cerca de 1.528 mil Euros, sendo 949 mil Euros referentes a projetos e 579 mil Euros referentes a imposto sobre o Valor Acrescentado.

TF
MM
EF
UN

Perspetivas de Evolução a Médio Prazo

As perspetivas de evolução a curto e médio prazo são condicionadas pelo contexto adverso e pela grande incerteza quanto aos modelos de financiamento público a serem adotados pela FCT. Iniciou-se, em outubro de 2017, um novo processo de avaliação das unidades de investigação pela FCT. O INESC-ID foi avaliado a 3 de dezembro de 2018 e encontra-se a aguardar o resultado da avaliação. Assim, a FCT convidou as instituições a solicitar o montante de financiamento para 2019 a vigorar até à saída dos resultados da avaliação, num valor que não pode exceder os montantes médios do projeto anterior (para o INESC-ID: 706 mil Euros). Esse pedido foi aprovado podendo, no entanto, ainda ser alterado em 2019, dependendo do resultado da avaliação e do orçamento global atribuído.

No que concerne a obtenção de projetos de investigação no concurso FCT 2017, com início em 2018, o INESC-ID teve 21 projetos aprovados como PI, 14 projetos como participante e 2 em concursos CMU/CERN. Já em 2018 em concursos temáticos FCT o INESC-ID teve aprovados 2 projetos com PI e um como participante. No mesmo sentido, num concurso recente (25 de abril de 2017) relativo a projetos europeus foram aprovados 4 projetos do INESC-ID a começar em 2018, estando presentemente em curso 14 projetos europeus. Estes indicadores mostram que o elevado grau de empenho dos investigadores da instituição, apesar da forte concorrência e da fraca taxa de sucesso nestes processos altamente competitivos.

Não obstante os fatores de incerteza em relação à avaliação da unidade, o INESC-ID tem preservado as suas características próprias, permitindo manter um moderado otimismo em relação aos resultados da mencionada avaliação. Em particular, os investigadores do INESC-ID têm mantido a capacidade de angariar financiamentos a nível Europeu e Nacional, mitigando o efeito anterior da redução do financiamento e perspetivando o crescimento de receita. Este aumento significativo de financiamento nacional em projetos de investigação coloca o desafio à instituição de executar esses projetos, de forma eficiente e com retorno multiplicativo, uma vez que grande parte do financiamento é contratualmente destinado à criação de emprego científico.

Proposta de Aplicação de Resultados

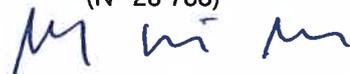
Propomos que os resultados apurados no exercício de 2018, no montante de 10.497 Euros (dez mil quatrocentos e noventa e sete Euros), transitem para adequada conta de Resultados Transitados, após a constituição da Reserva Legal no montante de 525 Euros (quinhentos e vinte e cinco Euros).

Considerações Finais

No final deste exercício cumpre expressar profundo agradecimento a todos os que depositaram confiança no INESC-ID e, em especial: aos seus associados (o Instituto Superior Técnico e o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores), às entidades financiadoras, aos investigadores, bolsheiros e colaboradores, assim como aos restantes órgãos do INESC-ID, que têm proporcionado um crescimento, em qualidade e quantidade, da atividade da instituição.

Lisboa, 6 de maio de 2019.

O Contabilista Certificado
(Nº 28 788)



Dr. Abel dos Santos Alves

A Direção



Prof. Doutor Leonel Seabra de Sousa



Prof. Doutor Jorge Manuel Ribeiro Fernandes



Profª. Doutora Maria Inês de Campos Lynce de Faria



Prof. Doutor Rodrigo Seromenho Miragaia Rodrigues



Prof. Doutor João Paulo Baptista de Carvalho

~~TF~~
TF
m
TF
m

Demonstrações Financeiras

Balanço

Demonstração de Resultados Por Naturezas

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Balanço

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2018	2017
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	340 912	209 615
Participações financeiras	8	40 000	51 944
Outros investimentos financeiros		23 082	21 087
Total do ativo não corrente		403 994	282 646
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	10	207 249	304 407
Estado e outros entes públicos	11	569 013	535 950
Outros créditos a receber	10	1 318 137	1 703 491
Diferimentos	12	25 598	26 600
Caixa e depósitos bancários	4	3 720 645	1 555 424
Total do ativo corrente		5 840 643	4 125 872
Total do ativo		6 244 637	4 408 518
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	13	498 798	498 798
Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	14	250 000	250 000
Reserva legal	15	35 144	32 273
Resultados transitados	17	248 967	194 434
Outras variações nos fundos patrimoniais	16	231 562	91 211
		1 264 471	1 066 716
Resultado líquido do exercício		10 497	57 404
Total dos fundos patrimoniais		1 274 968	1 124 120
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	18	579 327	579 327
Total do passivo não corrente		579 327	579 327
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	19	426 512	304 044
Estado e outros entes públicos	11	16 592	12 317
Outras dívidas a pagar	19	1 057 828	977 532
Diferimentos	12	2 889 410	1 411 178
Total do passivo corrente		4 390 342	2 705 071
Total do passivo		4 969 669	3 284 398
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 244 637	4 408 518

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

M. M. M.

A DIREÇÃO

Alfonso Sousa

para o Conselho de Administração

Demonstração de Resultados Por Naturezas

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

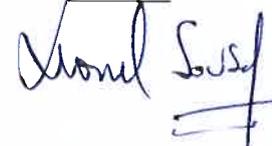
(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017
Serviços prestados	22	385 229	511 488
Subsídios à exploração	23	2 314 352	2 516 299
Fornecimentos e serviços externos	24	(1 425 279)	(1 549 566)
Gastos com o pessoal	25	(1 323 278)	(1 443 570)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	10	(31 682)	(2 439)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	8	(11 944)	(2 595)
Outros rendimentos	26	307 579	225 969
Outros gastos	27	(48 166)	(37 489)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		166 812	218 097
Gastos de depreciação e de amortização	30	(154 189)	(164 778)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12 623	53 319
Juros e rendimentos similares obtidos	28	3 497	5 592
Juros e gastos similares suportados	29	(5 527)	(1 348)
Resultado antes de impostos		10 593	57 563
Impostos sobre o rendimento do exercício	9	(96)	(159)
Resultado líquido do exercício		10 497	57 404
Resultado por unidade de participação	32	104,97	574,04

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO


A DIREÇÃO



7- Fran
 Paula D. Costa
 de Casp. Lopo de A. B.
 Kody K. L.


Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DOS EXERCÍCIOS FUNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

		(Montantes expressos em Euros)						
		Fundos (Nota 13)	Outros instrumentos dos fundos patrimoniais (Nota 14)	Reserva legal (Nota 15)	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais (Nota 16)	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
Notas								
	Saldo em 1 de janeiro de 2017	498 798	250 000	29 295	137 845	119 712	59 567	1 095 217
	Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	57 404	57 404
	Operações e alterações no exercício:							
17	Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016	-	-	2 978	56 589	-	(59 567)	-
16	Subsídios ao investimento	-	-	-	-	(28 501)	-	(28 501)
	Saldo em 31 de dezembro de 2017	498 798	250 000	32 273	194 434	91 211	57 404	1 124 120
	Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	10 497	10 497
	Operações e alterações no exercício:							
17	Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017	-	-	2 871	54 533	-	(57 404)	-
16	Subsídios ao investimento	-	-	-	-	140 351	-	140 351
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	498 798	250 000	35 144	248 967	231 562	10 497	1 274 968

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações nos fundos patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

[Handwritten signature]

A DIREÇÃO

[Handwritten signature]

1-3-18
 Mónica Dos Anjos Costa de
 Campos
 Lynce de Faria
 R. Silva
[Handwritten signature]

Demonstração dos Fluxos de Caixa

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		391 782	511 504
Recebimentos de subsídios à exploração		4 309 838	2 060 833
Pagamentos a fornecedores		(1 276 099)	(1 625 298)
Pagamentos ao pessoal		(1 322 788)	(1 434 356)
Fluxos gerados pelas operações		2 102 733	(487 317)
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(159)	(112)
Outros recebimentos		35 669	57 471
Fluxos das atividades operacionais [1]		2 138 243	(429 958)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		(292 898)	(124 636)
Participações financeiras		-	(20 000)
		(292 898)	(144 636)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídio ao investimento	16	317 957	47 298
Juros e rendimentos similares		3 497	5 592
		321 454	52 890
Fluxos das atividades de investimento [2]		28 556	(91 746)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(1 578)	(1 348)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(1 578)	(1 348)
Varição de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]		2 165 221	(523 052)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	1 555 424	2 078 476
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	3 720 645	1 555 424

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

M. M. M.

A DIREÇÃO

Abdul Soud

San F...
Associação dos Contabilistas de Caspós
Rodriguez
lepra de feuz

~~JK~~
JP
ML
SDF
WL

Anexo às Demonstrações Financeiras

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

~~JK~~
↑
m
RF
Me

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O INESC ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa ("Instituto") é uma associação científica e técnica, sem fins lucrativos, constituída em janeiro de 2000, que tem como atividade principal a investigação científica, orientada para a prestação de serviços no campo da inovação tecnológica e a colaboração, neste âmbito, com organismos, empresas e instituições universitárias ou não universitárias.

Na sequência de uma proposta submetida em novembro de 2004 e ao abrigo do Decreto – Lei nº 125/99 de 20 de abril, foi atribuído ao Instituto o estatuto de Laboratório Associado. Com a atribuição deste estatuto por despacho do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior, o Instituto assumiu novos compromissos relacionados com a prossecução de atividades em diversas áreas, das quais se destacam a investigação em tecnologias de ponta em desenvolvimento de software e hardware.

O Instituto é detido em 51% pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa ("IST") e 49% pelo INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores ("INESC"). Consequentemente, as operações do Instituto são influenciadas conjuntamente por estas duas entidades.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Instituto opera.

É entendimento da Direção que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Instituto, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março de 2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo ("ESNL"), e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF - ESNL".

Estas alterações entraram em vigor em 1 de janeiro de 2016, sendo de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após aquela data.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Handwritten notes:

 TF
 m
 2F
 me

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidas de acordo com as NCRF - ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Direção procedeu à avaliação da capacidade do Instituto operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes, à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Direção concluiu que o Instituto dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com as NCRF - ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Participações financeiras em empresas participadas

As participações financeiras em empresas participadas são registadas ao custo de aquisição e deduzidas de eventuais perdas de imparidade. As perdas estimadas na sua realização, quando estimadas, são registadas na demonstração dos resultados no período em que ocorrem. Os rendimentos resultantes das participações financeiras (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

É feita uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Vidas úteis e depreciação:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento administrativo	5 a 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis, em 3 anos. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis do Instituto possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.6. Locações

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Handwritten marks:
A star-like symbol at the top right.
Below it, the letters "JF" written twice, with a wavy line underneath.

3.7. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.8. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Instituto irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Caso ocorram fatos subsequentes que demonstrem existir um risco de não cobrança destes valores, são registadas imparidades para cobrir este risco.

Subsídios ao investimento:

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis são registados nos fundos patrimoniais, como outras variações nos fundos patrimoniais, na rubrica de subsídios, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Subsídios à exploração:

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar gastos já incorridos ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do exercício em que se tornam recebíveis.

Os subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais ou no âmbito de projetos europeus são registados na rubrica "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento, registando-se no passivo (Diferimentos) os adiantamentos e no ativo (Outros créditos a receber) os montantes a receber.

3.9. Impostos sobre o rendimento

Dado o seu estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, o Instituto encontra-se isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"). Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, o Instituto encontra-se, contudo, sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

IF
m
IF
u

3.10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes:

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes:

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11. Rédito

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Nos casos em que existe uma incerteza fundamental na cobrança de saldos de clientes e ou outros devedores, a correspondente receita originada pelos serviços prestados pelo Instituto é integralmente diferida.

O rédito dos contratos de prestações de serviços de carácter plurianual é apurado de acordo com o estado de execução dos projetos e na parte correspondente aos gastos efetivamente incorridos, registando-se no ativo os valores a faturar com base em estimativas desses gastos, ou no passivo os serviços por prestar.

3.12. Ativos e passivos financeiros

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Instituto se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na data do balanço e na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes e outros créditos a receber;
- Fornecedores e outras dívidas a pagar; e
- Financiamentos obtidos.

Caixa e equivalentes de caixa:

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário.

Imparidade de ativos financeiros:

Os ativos financeiros classificados são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

O Instituto desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Instituto reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Instituto desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.13. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.14. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Reconhecimento de subsídios à exploração:

O Instituto regista os subsídios à exploração de acordo com a fase de acabamento dos projetos que lhes estão associados.

- Registo de provisões:

O Instituto analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

~~TF~~
TF
m
Zf
m

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

[Handwritten signatures and initials: A, M, JF, W]

- Perdas por imparidade em contas a receber:

O risco de não cobrança dos saldos de contas a receber, em particular de valores a receber relativos a subsídios à exploração, é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica da entidade financiadora, natureza do projeto envolvido e enquadramento macroeconómico. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

3.15. Classificações de balanço

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos cuja exigibilidade o Instituto não detenha um direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de "Caixa e depósitos bancários" do balanço era como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos à ordem	920.645	405.424
Depósitos a prazo (a)	<u>2.800.000</u>	<u>1.150.000</u>
Caixa e depósitos bancários	<u><u>3.720.645</u></u>	<u><u>1.555.424</u></u>

(a) Os depósitos a prazo cujo vencimento seja superior a três meses a contar da data de balanço, podem ser mobilizados em qualquer momento sem perda de valor para o Instituto e, são remunerados a taxas normais de mercado para operações similares.

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em Euros)

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2018			
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:				
Saldo inicial	2.013.315	78.708	19.720	2.111.743
Aquisições	278.958	6.528	-	285.486
Transferências	19.720	-	(19.720)	-
Abates	(378)	-	-	(378)
Saldo final	2.311.615	85.236	-	2.396.851
Depreciações:				
Saldo inicial	1.827.715	74.413	-	1.902.127
Depreciações do exercício (Nota 30)	151.165	3.024	-	154.189
Abates	(378)	-	-	(378)
Saldo final	1.978.502	77.437	-	2.055.939
Ativo líquido	333.113	7.799	-	340.912
	2017			
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:				
Saldo inicial	1.888.990	78.072	24.700	1.991.762
Aquisições	104.280	636	19.720	124.636
Transferências	24.700	-	(24.700)	-
Abates	(4.655)	-	-	(4.655)
Saldo final	2.013.315	78.708	19.720	2.111.743
Depreciações:				
Saldo inicial	1.675.041	67.256	-	1.742.296
Depreciações do exercício (Nota 30)	157.329	7.157	-	164.486
Abates	(4.655)	-	-	(4.655)
Saldo final	1.827.715	74.413	-	1.902.127
Ativo líquido	185.600	4.295	19.720	209.615

O aumento verificado na rubrica de "Equipamento básico" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, corresponde, essencialmente, à aquisição de equipamentos informáticos, no âmbito dos diversos projetos de inovação tecnológica que o Instituto atualmente executa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em Euros)

Handwritten notes:
JK
mm
JCF
me

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	2018	
	Programas de computador	Total
Ativo bruto:		
Saldo inicial	32.502	32.502
Adições	-	-
Saldo final	<u>32.502</u>	<u>32.502</u>
Amortizações:		
Saldo inicial	32.502	32.502
Amortizações do exercício (Nota 30)	-	-
Saldo final	<u>32.502</u>	<u>32.502</u>
Ativo líquido	<u>-</u>	<u>-</u>
	2017	
	Programas de computador	Total
Ativo bruto:		
Saldo inicial	32.502	32.502
Adições	-	-
Saldo final	<u>32.502</u>	<u>32.502</u>
Amortizações:		
Saldo inicial	32.209	32.209
Amortizações do exercício (Nota 30)	292	292
Saldo final	<u>32.502</u>	<u>32.502</u>
Ativo líquido	<u>-</u>	<u>-</u>

8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Instituto detinha as seguintes participações financeiras:

Rubricas	2018			
	Percentagem de participação	Valor da participação	Perdas de imparidade	Valor da participação em balanço
INOV INESC Inovação - Instituto de Novas Tecnologias ("INOV")	5%	33.486	(33.486)	-
Magnomics, Lda.	0,74%	11.944	(11.944)	-
Coreworks, S.A.	5%	18.500	(18.500)	-
Petsys, S.A.	6%	23.310	(23.310)	-
Voiceinteration, S.A.	20%	20.000	(20.000)	-
NWC Network Concept, Lda.	8%	12.000	-	12.000
SiliconGate, Lda.	2%	1.000	-	1.000
Heartgenetics, Genetics and Biotechnology, S.A.	2%	27.000	-	27.000
		<u>147.240</u>	<u>(107.240)</u>	<u>40.000</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Handwritten notes:
JK
TF
m
stf
me

Rubricas	2017			Valor da participação em balanço
	Percentagem de participação	Valor da participação	Perdas de imparidade	
NOV INESC Inovação - Instituto de Novas Tecnologias ("NOV")	5%	33.486	(33.486)	-
Magnomics, Lda.	0,74%	11.944	-	11.944
Coreworks, S.A.	5%	18.500	(18.500)	-
Petsys, S.A.	6%	23.310	(23.310)	-
Voiceinteration, S.A.	20%	20.000	(20.000)	-
NWC Network Concept, Lda.	8%	12.000	-	12.000
SiliconGate, Lda.	2%	1.000	-	1.000
Heartgenetics, Genetics and Biotechnology, S.A.	2%	27.000	-	27.000
		<u>147.240</u>	<u>(95.296)</u>	<u>51.944</u>

As participações financeiras no INOV, Coreworks, S.A., Petsys, S.A., Voiceinteration, S.A. e Magnomics, Lda., encontram-se diminuídas por perdas por imparidade, dado que o seu valor estimado de realização é inferior ao custo de aquisição.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nas rubricas de "Participações financeiras", foi o seguinte:

Rubricas	2018			
	Saldo inicial	Alienação	Reforço de imparidade	Saldo final
NOV	33.486	-	-	33.486
Coreworks, S.A.	18.500	-	-	18.500
Petsys, S.A.	23.310	-	-	23.310
Voiceinteration, S.A.	20.000	-	-	20.000
NWC Network Concept, Lda.	12.000	-	-	12.000
SiliconGate	1.000	-	-	1.000
Heartgenetic	27.000	-	-	27.000
Magnomics, Lda.	11.944	-	(11.944)	-
	<u>147.240</u>	-	<u>(11.944)</u>	<u>135.296</u>
Ajustamentos por perdas por imparidade:				
NOV	(33.486)	-	-	(33.486)
Coreworks, S.A.	(18.500)	-	-	(18.500)
Petsys, S.A.	(23.310)	-	-	(23.310)
Voiceinteration, S.A.	(20.000)	-	-	(20.000)
	<u>(95.296)</u>	-	-	<u>(95.296)</u>
	<u>51.944</u>	-	<u>(11.944)</u>	<u>40.000</u>

Rubricas	2017			
	Saldo inicial	Alienação	Reforço de imparidade	Saldo final
NOV	33.486	-	-	33.486
INESC MN	10.000	(10.000)	-	-
Coreworks, S.A.	18.500	-	-	18.500
Petsys, S.A.	23.310	-	-	23.310
Voiceinteration, S.A.	20.000	-	-	20.000
NWC Network Concept, Lda.	12.000	-	-	12.000
SiliconGate	1.000	-	-	1.000
Heartgenetic	27.000	-	-	27.000
Magnomics, Lda.	11.944	-	-	11.944
	<u>157.240</u>	<u>(10.000)</u>	-	<u>147.240</u>
Ajustamentos por perdas por imparidade:				
NOV	(33.486)	-	-	(33.486)
Coreworks, S.A.	(18.098)	-	(402)	(18.500)
Petsys, S.A.	(21.117)	-	(2.193)	(23.310)
Voiceinteration, S.A.	(20.000)	-	-	(20.000)
	<u>(92.701)</u>	-	<u>(2.595)</u>	<u>(95.296)</u>
	<u>64.539</u>	<u>(10.000)</u>	<u>(2.595)</u>	<u>51.944</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Instituto alienou a totalidade da participação financeira detida sobre o INESC MN à associação IST-ID – Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento, pelo montante de 10.000 Euros, o qual à data de 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontra pendente de ser recebido e estava registado na rubrica “Outros créditos a receber”.

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Dado o seu estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, o INESC ID encontra-se isento de IRC. Nos termos do artigo 88º do IRC, o INESC ID encontra-se, contudo, sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado e que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, ascenderam a 96 Euros e 159 Euros, respetivamente (Nota 11).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais por um período de quatro anos (cinco anos de Segurança Social), exceto caso tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do INESC ID dos exercícios de 2015 a 2018 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção do Instituto entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

10. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os créditos a receber do Instituto tinham a seguinte composição:

	2018		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes:			
Clientes gerais	352.846	(147.119)	205.727
Partes relacionadas (Nota 31)	1.522	-	1.522
	<u>354.368</u>	<u>(147.119)</u>	<u>207.249</u>
Outros créditos a receber:			
Subsídios a receber	2.159.319	(948.806)	1.210.513
Adiantamentos a fornecedores	11.478	-	11.478
Outros devedores - gerais	96.146	-	96.146
	<u>2.266.943</u>	<u>(948.806)</u>	<u>1.318.137</u>
	<u>2.621.311</u>	<u>(1.095.925)</u>	<u>1.525.386</u>
	2017		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes:			
Clientes gerais	360.921	(56.514)	304.407
	<u>360.921</u>	<u>(56.514)</u>	<u>304.407</u>
Outros créditos a receber:			
Subsídios a receber	2.685.738	(1.007.729)	1.678.009
Adiantamentos a fornecedores	2.916	-	2.916
Outros devedores - gerais	22.566	-	22.566
	<u>2.711.220</u>	<u>(1.007.729)</u>	<u>1.703.491</u>
	<u>3.072.141</u>	<u>(1.064.243)</u>	<u>2.007.898</u>

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large signature and the letters 'TF', 'MN', 'Def', and 'me'.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Handwritten notes:

m
ICF
me

Os subsídios a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respeitam aos montantes a receber referentes aos subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais e europeus reconhecidos na rubrica de "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento. As perdas por imparidade registadas correspondem à melhor estimativa da Direção do Instituto para parcelas que não serão recebidas.

Em 31 de dezembro de 2018, os outros devedores – gerais incluem o montante de 10.000 Euros relativo a acréscimos de rendimentos com partes relacionadas (Nota 31).

O movimento das perdas por imparidade acumuladas para contas a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foi como segue:

Descrição	2018			Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reversões	
Clientes	(56.514)	(90.605)	-	(147.119)
Outros créditos a receber	(1.007.729)	-	58.923	(948.806)
	<u>(1.064.243)</u>	<u>(90.605)</u>	<u>58.923</u>	<u>(1.095.925)</u>

Descrição	2017			Saldo final
	Saldo inicial	Reforços		
Clientes	(54.075)	(2.439)		(56.514)
Outros créditos a receber	(1.007.729)	-		(1.007.729)
	<u>(1.061.804)</u>	<u>(2.439)</u>		<u>(1.064.243)</u>

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" tinham a seguinte composição:

	2018	2017
Ativo:		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (a)	<u>569.013</u>	<u>535.950</u>
Passivo:		
IRC:		
Estimativa de imposto (Nota 9)	96	159
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	8.117	4.972
Contribuições para a Segurança Social	8.265	7.097
Outras tributações	114	89
	<u>16.592</u>	<u>12.317</u>

- (a) O valor de Imposto sobre o Valor Acrescentado, respeita a imposto a recuperar, resultante de aquisições de bens e serviços no âmbito da atividade de investimento e de investigação do Instituto e para o qual, em exercícios anteriores, foram solicitados reembolsos, pendentes de pagamento, no montante de 61.975 Euros (Nota 18).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Handwritten notes:
~~IF~~
 m
 Idf
 me

12. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas do ativo e passivo corrente "Diferimentos" tinham a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Ativo:</u>		
Outros	25.598	26.600
<u>Passivo:</u>		
Subsídios à exploração	2.739.570	1.228.814
Outros	149.840	182.364
	<u>2.889.410</u>	<u>1.411.178</u>

13. FUNDOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os fundos do Instituto encontram-se totalmente subscritos e realizados, sendo compostos por 100 unidades de participação com o valor nominal de 4.987,98 Euros cada.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os fundos do Instituto estavam repartidos pelas seguintes entidades:

	<u>%</u>	<u>Montante</u>
IST	51%	254.387
INESC	49%	244.411
	<u>100%</u>	<u>498.798</u>

14. OUTROS INSTRUMENTOS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os outros instrumentos dos fundos patrimoniais respeitam a prestações suplementares concedidas pelo INESC. O Instituto segue o estipulado na legislação comercial, equiparando as mesmas ao regime de reembolso das prestações suplementares dado que não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido e o seu reembolso só pode ser efetuado quando, após o seu pagamento, os fundos patrimoniais não fiquem inferiores à soma do fundo e da reserva legal.

15. RESERVA LEGAL

O Instituto segue o estipulado na legislação comercial que estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% dos fundos. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Instituto, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada nos fundos.

16. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" apresentou o seguinte movimento:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

	<u>Outras variações nos fundos patrimoniais</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2017	119.712
Reconhecimento do exercício (Nota 26)	(75.799)
Subsídios obtidos	47.298
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>91.211</u>
Reconhecimento do exercício (Nota 26)	(177.606)
Subsídios obtidos	317.957
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>231.562</u></u>

Estes montantes respeitam aos subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

17. APLICAÇÃO DO RESULTADO

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

De acordo com a Assembleia Geral de 11 de junho de 2018, o resultado líquido do exercício findo a 31 de dezembro de 2017, disponível para aplicação, de 57.404 Euros, foi aplicado da seguinte forma:

Reserva legal	2.871
Resultados transitados	54.533
	<u>57.404</u>

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

De acordo com a Assembleia Geral de 24 de maio de 2017, o resultado líquido do exercício findo a 31 de dezembro de 2016, disponível para aplicação, de 59.567 Euros, foi aplicado da seguinte forma:

Reserva legal	2.978
Resultados transitados	56.589
	<u>59.567</u>

18. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram efetuadas alterações ao valor das provisões.

Na sequência de revisões efetuadas pelas autoridades fiscais ao Imposto sobre o Valor Acrescentado referente aos exercícios de 2003 a 2005, o Instituto foi, no decurso de 2007 e 2008, notificado para proceder a liquidações adicionais nos montantes de, aproximadamente, 125.256 Euros e 336.935 Euros, respetivamente. Até 31 de dezembro de 2018, o Instituto procedeu ao pagamento parcial daquelas liquidações, no montante de 155.256 Euros e reconheceu provisões relacionadas com os riscos fiscais associados, no montante de 579.327 Euros, tendo, no entanto, procedido à apresentação de impugnações judiciais por desacordo dos fundamentos técnicos apresentados pela Administração Fiscal.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o balanço inclui saldo de Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA"), no montante de 569.013 Euros e de 535.950 Euros, respetivamente, do qual o Instituto solicitou, em anos anteriores, reembolsos de 61.975 Euros (Nota 11).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Handwritten notes:

 IF
 m
 JF
 W

19. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" tinham a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores:		
Gerais	149.292	93.866
Partes relacionadas (Nota 31)	248.959	174.505
Fornecedores de investimento	28.261	35.673
	<u>426.512</u>	<u>304.044</u>
Outras dívidas a pagar:		
Credores por acréscimo de gastos:		
Remunerações a liquidar (a)	513.475	562.241
Outros acréscimos de gastos	58.326	35.984
Associados (Nota 31)	75.000	175.000
Outras dívidas a pagar (b)	411.027	204.307
	<u>1.057.828</u>	<u>977.532</u>
	<u>1.484.340</u>	<u>1.281.576</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de acréscimos de gastos de remunerações a liquidar, inclui a estimativa de prémios a pagar a bolseiros e investigadores, no montante de, aproximadamente, 462.000 Euros e 510.000 Euros, respetivamente (Nota 31).

(b) Na rubrica de "Outras dívidas a pagar", em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão incluídos 409.000 Euros e 191.000 Euros, respetivamente, a entregar a parceiros de projetos nos quais o Instituto é o coordenador e o representante perante a entidade financiadora.

20. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Instituto não utiliza bens adquiridos ao abrigo de contratos de locação financeira, existindo diversos contratos de locação operacional, essencialmente, relacionados com o arrendamento de espaços ao INESC.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a liquidar no prazo de um ano (curto prazo), correspondem a, aproximadamente, 321.000 Euros e 337.000 Euros, respetivamente. As locações operacionais são referentes ao contrato de arrendamento relativo às suas instalações, renovado anualmente, sendo expectável que o valor das rendas se mantenha nos próximos 5 anos em valores similares aos de 2018 e 2017.

O gasto com rendas e alugueres reconhecido na demonstração dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi de 323.016 Euros e 275.664 Euros, respetivamente.

21. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Instituto tinha solicitado a prestação de uma garantia bancária a favor da Direção-Geral das Contribuições e Impostos, relacionada com as liquidações efetuadas pelas autoridades fiscais, em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA"), dos exercícios de 2004 e 2005, no montante de 359.327 Euros (Nota 18).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, o Instituto tinha solicitado a prestação de garantias bancárias a favor de terceiros, junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD"), no montante de 15.000

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Euros. Estas garantias destinavam-se a garantir o bom cumprimento das obrigações assumidas pelo Instituto para com o fornecedor Imprensa Nacional Casa da Moeda.

22. RÉDITO

As prestações de serviços, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram integralmente realizadas no mercado nacional e tinham o seguinte detalhe:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prestações de serviços	<u>385.229</u>	<u>511.488</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram prestados serviços a partes relacionadas, no montante de 1.238 Euros e 16.668 Euros, respetivamente (Nota 31).

23. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica "Subsídios à exploração", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tinha a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Projetos nacionais	1.410.910	1.312.107
Projetos europeus	903.442	1.214.739
Outros	-	(10.547)
	<u>2.314.352</u>	<u>2.516.299</u>

Os valores recebidos pelo Instituto, correspondentes a subsídios à exploração, encontram-se sujeitos a diversos níveis de verificação e a exames a realizar pelas entidades que os concederam. Assim, os montantes recebidos a título de subsídios e ainda não integralmente verificados e examinados por aquelas entidades, podem ser sujeitos a eventuais correções. Contudo, a Direção do Instituto entende que eventuais correções resultantes de revisões / inspeções por parte das autoridades competentes não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, considerando as perdas por imparidade registadas nas mesmas (Nota 10).

A rubrica "Outros" respeita ao valor líquido dos rendimentos e gastos relacionados com correções relativas a exercícios anteriores, de acertos aos subsídios obtidos pelo Instituto.

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tinha a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhos especializados	428.234	701.830
Deslocações e estadas	434.739	405.859
Rendas e alugueres	323.016	275.664
Ferramentas e utensílios	55.400	19.225
Conferências	47.683	51.396
Componentes	24.593	7.527
Livros e documentação técnica	20.278	17.497
Honorários	16.108	20.353
Comunicação	8.245	7.874
Outros	66.983	42.341
	<u>1.425.279</u>	<u>1.549.566</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram obtidos serviços de partes relacionadas, no montante de 595.835 Euros e 417.456 Euros, respetivamente (Nota 31).

25. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica "Gastos com o pessoal", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tinha a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Bolsas	800.747	929.919
Remunerações	379.750	359.605
Encargos sobre as remunerações ao pessoal	90.273	90.340
Seguros	37.422	50.179
Prémios, bónus e gratificações	10.000	11.293
Indemnizações	4.529	1.857
Outros	557	377
	<u>1.323.278</u>	<u>1.443.570</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Instituto reconheceu os montantes de 88.932 Euros e 95.790 Euros, respetivamente, de cedências de pessoal efetuadas por partes relacionadas (Nota 31).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Instituto teve ao seu serviço, em média, 14 e 12 empregados, respetivamente.

O Instituto tem por procedimento atribuir prémios anuais aos seus empregados, bolseiros e investigadores. O valor total anual destes prémios depende do desempenho das pessoas e do volume de horas de dedicação, sendo este último critério aplicável aos bolseiros e investigadores.

26. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica "Outros rendimentos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tinha a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Conferências realizadas	92.501	88.807
Subsídios ao investimento (Nota 16)	177.606	75.799
Outros	37.472	61.363
	<u>307.579</u>	<u>225.969</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram registados outros rendimentos referentes a partes relacionadas, no montante de 693 Euros (Nota 31).

27. OUTROS GASTOS

A rubrica "Outros gastos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tinha a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Inscrições	24.581	18.454
Quotizações	17.453	16.176
Outros	6.132	2.859
	<u>48.166</u>	<u>37.489</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram registados outros gastos referentes a partes relacionadas, no montante de 18.307 Euros (Nota 31).

28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares obtidos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 ascenderam a 3.497 Euros e 5.592 Euros, respetivamente, e respeitam à remuneração sobre depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, remuneradas a taxas normais de mercado para operações similares.

29. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e gastos similares suportados reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tinham a seguinte composição:

	2018	2017
Gastos bancários	5.527	1.348

30. DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

As rubricas de "Gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tinham a seguinte composição:

	2018	2017
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	154.189	164.486
Ativos intangíveis (Nota 7)	-	292
	<u>154.189</u>	<u>164.778</u>

31. PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas:

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2018			
	Serviços prestados (Nota 22)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)	Gastos com o pessoal (Nota 25)	Outros gastos (Nota 27)
INESC	1.238	301.393	59.915	-
INOV INESC Inovação	-	117.469	29.017	-
IST	-	176.973	-	18.307
	<u>1.238</u>	<u>595.835</u>	<u>88.932</u>	<u>18.307</u>
	2017			
	Serviços prestados (Nota 22)	Outros rendimentos (Nota 26)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)	Gastos com o pessoal (Nota 25)
INESC	16.668	-	338.006	78.448
INOV INESC Inovação	-	693	79.450	17.342
	<u>16.668</u>	<u>693</u>	<u>417.456</u>	<u>95.790</u>

Handwritten notes: ~~TF~~, MF, IUF, W

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as transações efetuadas entre as partes relacionadas respeitam, essencialmente, a rendas de espaços, cedências de meios humanos e gastos administrativos.

Saldos com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Instituto apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2018				
	Clientes (Nota 10)	Outros créditos a receber (Nota 10)	Associados (Nota 19)	Outras dívidas a pagar (Nota 19)	Fornecedores (Nota 19)
INESC	1.522	-	75.000	-	87.321
INOV	-	10.000	-	-	151.774
IST	-	-	-	462.000	9.865
	<u>1.522</u>	<u>10.000</u>	<u>75.000</u>	<u>462.000</u>	<u>248.959</u>
				2017	
				Associados (Nota 19)	Fornecedores (Nota 19)
INESC				175.000	106.616
INOV				-	65.175
INESC TEC				-	2.714
				<u>175.000</u>	<u>174.505</u>

32. RESULTADO POR UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

O resultado por unidade de participação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi determinado como segue:

	2018	2017
Resultado líquido do exercício	10.497	57.404
Número de unidades de participação (Nota 13)	100	100
Resultado por unidade de participação básico	<u>104,97</u>	<u>574,04</u>

Por não existirem efeitos diluidores, o resultado por unidade de participação básico é igual ao resultado por unidade de participação diluído.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

(Nº 28 788)

M. V. M.

A DIREÇÃO

Alvaro Sousa

*João Francisco
Mónia Dias Comandante de
Campo uma de tauris
Rody*

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

CD

VF

Aug

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Associados do

Inesc ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas do INESC ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2018 os quais são da responsabilidade da Direção.

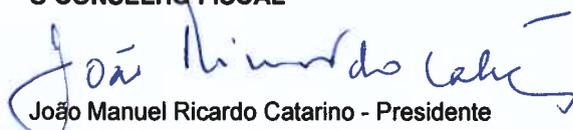
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Inesc ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido da Direção e dos diversos serviços do Instituto as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2018, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2018 preparado pela Direção e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não tem ênfases, mas inclui uma reserva por limitação de âmbito idêntica a exercícios anteriores, a cujo teor damos a nossa concordância.

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Conselho Geral de Associados.

Lisboa, 13 de maio de 2019

O CONSELHO FISCAL


João Manuel Ricardo Catarino - Presidente



Carlos António Abreu Fonseca Varandas - Vogal



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda. - Vogal
Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC nº 432

Certificação Legal das Contas

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1361, 5.º
4100-130 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Inesc ID – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa (Instituto) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 6.244.637 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.274.968 euros, incluindo um resultado líquido de 10.497 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Inesc ID – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.





Bases para a opinião com reservas

O Balanço inclui no Ativo um saldo a recuperar de 569.013 euros relativo a Imposto sobre o Valor Acrescentado. Deste montante, foi solicitado em exercícios anteriores o reembolso de 61.975 euros (Nota 11 do Anexo). Em resultado de inspeções tributárias efetuadas pela Direção Geral de Impostos às declarações dos anos de 2003 a 2005, o Instituto foi notificado em 2007 e 2008 para proceder ao pagamento de liquidações adicionais num total de 462.192 euros, dos quais 125.257 euros em 2007 e 336.935 euros em 2008. Destes montantes, em 2008 o Instituto pagou 155.256 euros, e reconheceu provisões, em exercícios anteriores, no total de 579.327 euros (Nota 18 do Anexo). Por estar em desacordo, o Instituto procedeu à impugnação judicial destes atos de liquidação. Dado que até à presente data se desconhecem as implicações futuras das divergências existentes, não podemos concluir sobre o saldo a recuperar, a adequação da provisão e eventuais contingências que possam vir a ocorrer resultantes desta situação.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Instituto, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 13 maio de 2019

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC Nº 432

Relatório de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas de Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa (“Instituto”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 6.244.637 Euros e fundos patrimoniais de 1.274.968 Euros, incluindo um resultado líquido de 10.497 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Conforme referido na Nota 11 do anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, o balanço inclui um saldo de Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar, no montante de 569.013 Euros (535.950 Euros em 31 de dezembro de 2017), do qual o Instituto solicitou, em anos anteriores, reembolsos de 61.975 Euros. Na sequência de inspeções realizadas pelas Autoridades Fiscais às declarações daquele imposto dos anos de 2003 a 2005, o Instituto foi, no decurso dos exercícios de 2007 e 2008, notificado a proceder à liquidação de correções de 125.256 Euros e 336.935 Euros, respetivamente. O Instituto procedeu ao pagamento parcial daquelas liquidações, no montante de 155.256 Euros e reconheceu provisões relacionadas com os riscos fiscais associados, no montante de 579.327 Euros (Nota 18). Contudo, o Instituto decidiu impugnar judicialmente aquelas liquidações por discordar dos fundamentos técnicos das mesmas. Dado que até à presente data se desconhecem as implicações futuras das divergências interpretativas que opõem o Instituto às Autoridades Fiscais, não estamos em condições de concluir sobre: (i) a efetiva recuperação do referido saldo; (ii) a adequacidade e suficiência da provisão reconhecida pelo Instituto; e (iii) as eventuais contingências futuras decorrentes de tais divergências. Acresce referir que, o nosso Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017, datado de 25 de maio de 2018, incluía uma reserva relacionada com este assunto.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

“Deloitte” refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto



4

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

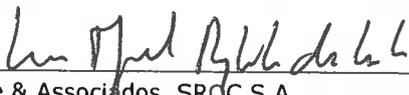
A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 13 de maio de 2019



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Luís Miguel Baptista da Costa, ROC